

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PODCAST MEMÓRIAS DECOLONIAIS: TRAJETÓRIAS DE VIDA E INICIATIVAS QUE ENSINAM UMA HISTÓRIA OUTRA

Pablo Andrade Afonso

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

pabloafonsoh@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O tema deste projeto de pesquisa parte da motivação pela elaboração de um podcast sobre memória e pensamento decolonial no ensino de história. As plataformas de áudio ocupam hoje parte integrante do cotidiano de muitas pessoas, seja para ouvir músicas, notícias ou mesmo podcasts. Por isso, acreditamos que esse campo precisa ser cada vez mais explorado pela história, e por ser bastante utilizado por adolescentes e jovens, maioria integrante do ensino básico, é fértil também para o ensino de história explorar o universo dos podcasts.

Esse projeto pretende apresentar a memória como tema potente para o ensino de história. Por um lado, é uma maneira de produzir fontes históricas e fazer história através das lembranças e pensamentos de diversos indivíduos. Por outro lado, trabalhar com memória é também observar nesses relatos a importância do presente para esses indivíduos e o quanto suas falas são impactadas pelo que vivem e o quanto também impactam o contexto vivido. Junto com a memória, a história oral também é componente fundamental em nosso trabalho, proporcionando a oportunidade de produzir fontes históricas através de áudio, possibilitando um acesso mais amplo do público ao produto final desse projeto.

Além disso, procuramos utilizar o pensamento decolonial como base para construção de histórias outras, descoladas da perspectiva tradicional moderna/colonial. Dessa forma, valorizar trajetórias de vida “mundanas”, de personagens pertencentes a grupos sociais invisibilizados na maior parte da história presente nos livros didáticos e nos currículos de história, excluídos da “história oficial”. Assim, construindo uma história outra, alternativa fundamental ao conteúdo eurocêntrico trabalhado na maior parte do ensino básico nos dias de hoje.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Trabalharemos também com o conceito de periferias urbanas, ferramenta necessária para elucidar a realidade político-social e cultural do Sul global. Nas favelas, subúrbios e periferias encontram-se muitos de nossos entrevistados nesse projeto, não por coincidência, mas por um processo histórico que levou a uma divisão do espaço nas cidades que fez com que uma segregação social se construísse a partir de um projeto político das elites. Nossos personagens falam desses locais porque suas trajetórias, além de decoloniais, são também periféricas.

A história não é somente o “conjunto de fatos ou acontecimentos relevantes, ocorridos no passado da humanidade, destacando-se época, local e dados importantes”, nem mesmo só o “estudo científico relativo ao passado de um povo, nação, período ou indivíduo, a partir de dados documentais” (MICHAELIS, 2020). Essas definições encontradas no dicionário não são capazes de contemplar o papel da história ensinada na sociedade. O ensino de história deve ser capaz de proporcionar ao indivíduo uma reflexão crítica acerca da sua condição como sujeito histórico, pensando sobre si e sobre o mundo que o cerca de maneira conjunta, olhando para o passado como eixo explicativo do presente, mas compreendendo que também está contribuindo para a história em cada ato do seu cotidiano. A consciência histórica, base do pensamento humano, contribui para a definição das identidades coletiva e pessoal, sendo um dos conceitos que nos auxiliam a compreender que história é muito mais do que passado e que o ensino de história tem um papel fundamental na construção da nossa sociedade.

O campo do ensino de história tem crescido cada vez mais nos espaços de formação de professores e pesquisadores. Esse crescimento contribui para um aprimoramento do que é feito no espaço escolar, mas também para a história como disciplina. Em paralelo a isso, as transformações apresentadas pela sociedade contemporânea cobram que esse ensino seja cada vez mais plural e transformador, de forma que acompanhe as demandas sociais, principalmente das minorias. Observamos cada vez mais a importância da construção de um ensino de história antifascista, antirracista, anti-LGBTfóbico e também anticolonialista. Se queremos compreender melhor esses aspectos, precisamos explorar as potencialidades do ensino de história e buscar as noções importantes e indispensáveis quando projetamos alcançar esses resultados.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O pensamento decolonial, por exemplo, considerado base para um pensamento anticolonialista, pois traz consigo conceitos fundamentais para repensar as práticas de ensino elaboradas ainda sob uma lógica eurocêntrica, desde o questionamento as tradições modernas até a proposição de uma narrativa que valorize os sujeitos invisibilizados, busca um saber mais plural, através de uma “interculturalidade crítica” (WALSH, 2018). Já a memória dos indivíduos “comuns”, muitas vezes subalternizados, serve para ampliar a produção de trajetórias e narrativas na construção de histórias outras, fortalecendo um espaço que possa ser dividido nos materiais didáticos, pedagógicos e de divulgação científica com os “grandes personagens” da história.

A necessidade de trabalhar as memórias dos indivíduos de grupos sociais historicamente invisibilizados na dissertação de mestrado parte do princípio de que a história moderna/colonial buscou apagar suas trajetórias durante séculos, utilizando-se de uma narrativa baseada na visão dos “grandes heróis”, “grandes personagens” e “grandes eventos” da história, não deixando espaço para as trajetórias e o papel representado por esses personagens “comuns” ao longo do tempo. Trabalhar a memória junto com o pensamento decolonial é uma forma de unificar duas ideias que se complementam e se completam, como podemos perceber a partir da afirmação de Catherine Walsh:

O decolonial não vem de cima, mas de baixo, das margens e das fronteiras, das pessoas, das comunidades, dos movimentos, dos coletivos que desafiam, interrompem e transgridem as matrizes do poder colonial em suas práticas de ser, atuação, existência, criação e pensamento (WALSH, 2016, p. 72).

Sendo de baixo, das margens, das fronteiras, das pessoas, a história e a educação decolonial são fundamentais para uma autoafirmação dos povos latino-americanos e dos sujeitos invisibilizados pela história. O estudo das memórias a partir da história oral fez com que grupos sociais antes excluídos pudessem fazer ecoar suas vozes e narrar com protagonismo suas histórias. Trazer uma alternativa ao eurocentrismo da história tradicional e valorizar a trajetória dos povos colonizados e/ou atingidos pela colonização, que fazem parte da nossa ancestralidade, valorizando trajetórias de indivíduos pertencentes a grupos sociais historicamente marginalizados (negros, mulheres, indígenas, LGBTQIA+, por exemplo), é demonstrar que o passado dessas pessoas importa e que o presente delas é parte da história que está sendo construída. É importante também apontar para os elementos constituintes da nossa cultura que são pertencentes ao

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

passado dos povos originários do nosso continente e dos povos africanos, subjugados a violência física e simbólica durante centenas de anos da nossa história.

Cabe mencionar que o questionamento a história tradicional e eurocêntrica não surge a partir do pensamento decolonial. Diversos ramos historiográficos já teciam tal crítica muito antes, como a história social e a história cultural. Marc Bloch e Lucien Febvre, da Escola dos Annales, escrevem diversas obras que trazem esses questionamentos e a busca pela valorização de uma história dos comuns, alternativa a dos grandes eventos e grandes personagens. Influenciada por essas tendências, a historiografia brasileira desenvolve também essa ideia a partir dos anos 1970, sobretudo. Temos como exemplo Ciro Cardoso e Jacob Gorender escrevendo sobre escravidão e elencando questionamentos na mesma linha dos autores acima mencionados. A partir disso, a própria historiografia brasileira se torna menos estruturalista ao longo dos anos 1980. Por isso, o que a historiografia decolonial traz não é uma inovação acerca dessas questões, é muito mais uma atualização e um avanço nesse debate, sobre uma ótica complementar e fundamental.

Por fim, enxergando o potencial da utilização da memória e da história oral como ponto de reflexão acerca das trajetórias de vida, entendendo o pensamento decolonial como base para uma mudança de perspectiva na forma de olharmos para a nossa história e o estudo sobre as periferias urbanas como um eixo de diálogo que analisa parte significativa de nossa sociedade que vive marginalizada, propomos essa reflexão dentro do ensino de história, torcendo para que esse projeto se torne mais um material com um conteúdo de grande importância para se pensar a história ensinada.

Esse texto está composto por essa primeira parte de apresentação do tema. Em um segundo momento, vamos abordar os referenciais teóricos que dão base para a execução do projeto e do produto relacionado ao mesmo. Vamos apresentar debates relacionados ao campo do ensino de história, da história oral, da memória, do pensamento decolonial e das periferias urbanas, elencando conceitos, questionamentos e preceitos importantes para nosso trabalho. Na conclusão vamos detalhar como pretendemos realizar o que objetivamos e como os conceitos trabalhados ao longo da nossa parte teórica se inserem na construção do produto final.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1. ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de história é um espaço plural, permeado por diversas ideias que proporcionam a produção dos saberes. Esse lugar de fronteira tem se especializado e adquirido protagonismo no desenvolvimento de práticas e técnicas pedagógicas para os profissionais da história. Como apontam Ana Maria Monteiro e Fernando Penna, “O ensino de história é lugar de fronteira, onde há produção de saberes, a partir de diálogos, de trocas e do reconhecimento das diferenças” (MONTEIRO & PENNA, 2012). Ao justificar o seu espaço e crescer como campo da história, valoriza a prática docente, contribuindo para uma relação de ensino/aprendizagem cada vez mais conectada com o mundo e a sociedade em que vivemos. Percebemos seu crescimento através dos cursos e programas oferecidos na pós-graduação, mas também na publicação de livros e artigos direcionados a esse campo, bem como na aproximação entre o saber acadêmico e o público nas escolas e nas redes e mídias sociais.

O ensino de história busca compreender a relação entre educação e história, utilizando referenciais do campo do currículo e da didática para compor seu quadro teórico. Além disso, se interessa pelos saberes e sua abordagem: os saberes afirmados, negados e excluídos. É através do reconhecimento desse campo como lugar de fronteira que se passou a questionar os saberes ensinados, a partir de três principais temáticas: o multiculturalismo, o cotidiano escolar e os saberes docentes/saberes escolares. E também através da compreensão da necessidade de uma didática da história voltada para a análise dos processos envolvidos no ensino, que propondo caminhos distintos daqueles imbricados na produção historiográfica *stricto sensu*, contribuiu para repensar a história ensinada.

Na linha dessa afirmação, assistimos cada vez mais nas produções relacionadas ao ensino de história uma ruptura com os marcos históricos moderno/coloniais, como aponta a autora Circe Fernandes Bittencourt:

Os velhos marcos históricos estão sendo revistos, mesmo que paulatinamente, podendo-se introduzir uma história da Antiguidade pelas sociedades indígenas, pela diversidade de uma história econômica da agricultura ou por uma história social pelo trabalho escravo criador das riquezas que sustentam o sistema capitalista do mercantilismo ao neoliberalismo, de uma história das sociedades

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

constituídas antes do aparecimento da escrita, da formação de uma civilização americana miscigenada (BITTENCOURT, 2018, p. 142).

É exatamente esse tipo de ruptura que queremos assistir no ensino de história. Talvez mais profunda, resgatando na história indivíduos invisibilizados e mudando o enfoque de quem narra os acontecimentos históricos, migrando dos “grandes personagens” para os “indivíduos comuns”, não para negar a história moderna colonial, mas para apresentar histórias outras, que deem um sentido maior ao presente das pessoas pertencentes a grupos sociais marginalizados.

2.2.HISTÓRIA ORAL

Na definição trazida por José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda é uma prática de apreensão de narrativas captadas através de meios eletrônicos e que tem por objetivo recolher testemunhos e analisar processos sociais. Além disso, a história oral contribui com o estudo da identidade e das memórias individuais e coletivas, sendo uma alternativa para estudar a sociedade através da análise feita a partir de entrevistas. São ainda, na maioria das vezes, transformadas do oral para o escrito, com o fim de proporcionar mais uma forma de registro e difusão. Como apontam os autores:

História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes a experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva (MEIHY & HOLANDA, 2019, p. 17).

Ou ainda:

História oral é um processo de aquisição de entrevistas inscritas no “tempo presente” e deve responder a um sentido de utilidade prática, social, e imediata. Isso não quer dizer que ela se esgote no momento de sua apreensão, do estabelecimento de um texto e da eventual análise das entrevistas (MEIHY & HOLANDA, 2019, p. 19).

Dessa forma, após elucidar as definições acerca da história oral, é importante frisar que trabalharemos com o uso pedagógico da história oral, tendo em vista que o presente projeto está inserido no campo do ensino de história.

Subjetividade, diálogo e linguagem são conceitos importantes no projeto que pretendemos trabalhar. Vista por muito tempo como uma fraqueza da história oral, a subjetividade traz para a cena da pesquisa em história as mentalidades e sensibilidades humanas, tratando das experiências vividas e do ponto de vista que o indivíduo tem sobre

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

elas. Hoje, o olhar de muitos historiadores já se modificou quanto ao uso tanto dos relatos individuais (considerados subjetivos) quanto da história oral, é só percebermos o crescimento da produção acerca dessa temática. Já o diálogo, central na construção das entrevistas, já que estas nunca se realizam de maneira solitária, tem um lugar fundamental na inter-relação com a história oral, quando distinto e organizado, proporciona a aparição de igualdades e diferenças, que levam o interlocutor a compartilhar toda a sua experiência, formação, preceitos e repertório ao entrevistador. Por fim, a linguagem é outro elemento basilar, já que a forma como as pessoas falam em uma entrevista é tão importante quanto o que as pessoas falam. A linguagem é o instrumento para a comunicação entre quem narra e quem ouve, é o que permite a expressão da subjetividade e o compartilhamento da memória.

Para esse projeto buscamos trabalhar com a dimensão da história oral de vida, que valoriza o aspecto das “entrevistas livres”, em que a questão subjetiva se mostra essencial e as versões individuais dos fatos da vida ganham peso. A história de vida se justifica a partir da compreensão de que as narrativas deixam claro o significado implícito da vida, deixando as histórias compartilhadas adaptáveis pelos próprios narradores. Isso não denota problema algum no processo de realização das entrevistas e demonstra ainda que a identidade narrativa tem relação com uma capacidade de sustentar uma determinada narrativa, com capacidade de expressar quem somos, como nos tornamos o que somos e para onde buscamos ir. Como apontam Everardo Paiva de Andrade e Juniele Rabêlo de Almeida:

Os estudos em história oral de vida têm como eixo a trajetória dos sujeitos históricos, permitindo desenvolver e fundamentar análises a partir da constituição de fontes e arquivos orais que desempenham papel fundamental na relação entre memória e experiência. A história oral busca a memória viva, construindo uma imagem abrangente do vivido a partir de um processo de pesquisa (ANDRADE & ALMEIDA, 2019, p. 22-23).

Uma das outras razões de utilização da história oral nesse projeto está no entendimento de que esta reforça um contraponto, junto com o pensamento decolonial, ao currículo eurocêntrico de história ainda presente no ensino básico. A história eurocêntrica traz privilégio a documentação escrita como ferramenta de valorização de sua cultura e da ótica do europeu acerca de diversos processos históricos ao longo do tempo. Já as tradições orais, muitas vezes deixadas de lado pelo eurocentrismo, compõe

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

grande parte da cultura dos países do Sul global (latino-americanos, africanos e asiáticos). Por isso, o uso da história oral serve também como mecanismo de valorização da cultura oral fundante de diversos povos e sociedades ao longo do tempo. Mas como superar essa problemática presente em nossos currículos? Como aponta Vivian Fonseca:

No campo do Ensino de História, essa pressão de movimentos sociais tem contribuído para a crítica a currículos eurocentrados oferecendo, como alternativa, ampliação de abordagens, conteúdos e uma pluralidade de narrativas presentes em sala de aula. Nessa chave, diversos professores e demais membros da comunidade escolar levantaram e levantam questionamentos acerca de como seria possível inserir conteúdos em um currículo já fartamente saturado (FONSECA, 2019, p. 156).

Além disso, a garantia da pluralidade de narrativas em sala de aula pode proporcionar um maior respeito e valorização das diversidades culturais, respeitando as diferenças e contribuindo para uma educação antirracista, por exemplo. A história oral, em suas múltiplas possibilidades, pode contribuir para exercitar uma maior escuta e compreensão do outro em suas diferenças e em seus diferentes contextos.

2.3.MEMÓRIA

Memória é lembrança, mas também esquecimento. Na compreensão dos dicionários da língua está sempre associada ao ato de reter ideias e guardar impressões, mas na história precisamos compreender memória também como ausência, pois considerando que a construção da “história oficial” foi e é seletiva, podemos depreender que a memória histórica é composta sempre pelo que foi lembrado e também pelo que foi esquecido ou excluído. Se observamos, por exemplo, a memória presente em documentos escritos e “oficiais”, vemos que a sua preservação permanece menos atingida pelo tempo do que a das tradições orais, tão relegadas durante séculos pelo Ocidente.

Em relação aos esquecimentos e apagamentos, são processos que ocorreram através de séculos e ainda hoje estão presentes nas relações entre países do Norte global e países do Sul global. Os costumes dos povos nativos da América Latina e a tradição oral africana são exemplos de que a ausência muitas vezes faz parte de um projeto de exclusão e apagamento, que esses elementos culturais sofreram ao longo da Colonização e do Imperialismo. Nesse mesmo sentido, temos ainda as memórias subterrâneas, de trabalhadores e trabalhadoras, militantes, estudantes, migrantes, sem terras e diversos grupos sociais que lutam cotidianamente para ecoar suas vozes, memórias, mas que tem

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

suas experiências de vida ainda silenciadas e /ou marginalizadas. Por essas memórias que lutamos e buscamos preservar, as subterrâneas, as apagadas, as excluídas e as silenciadas, são essas que precisam preencher o ensino de história e os currículos escolares.

Ao contrário da história, a memória é um processo vivo. Enquanto a primeira é uma operação intelectual, uma problematização crítica do passado, a segunda tem outras peculiaridades, como afirma Carmem Zeli de Vargas Gil:

O tempo da memória é o da continuidade presente naquele que lembra. Não há corte ou ruptura entre passado e presente e, portanto, não há lembrança estática, pois está sempre sujeita aos rearranjos das emoções grupais. Já o tempo da história é o da descontinuidade entre quem lê os fatos narrados e quem os testemunhou. Ela fragmenta o tempo, corta, recorta, privilegia mudanças, transformações, destruições (GIL, 2019, p. 158-159).

A autora ainda aponta que no Brasil existe atualmente um trabalho de memória que coloca em evidência a história de povos indígenas e afro-brasileiros, reforçando também que outros grupos, como lideranças políticas, movimentos feministas e LGBTQIA+ precisam conquistar um reconhecimento público de fala. Nesse sentido, cabe compreender que a memória social não se reduz ao que está presente nos livros didáticos e que é preciso resgatar memórias silenciadas pela *colonialidade do poder, do ser e do saber*, que produziu os esquecimentos presentes em nossa história e cancelou saberes, línguas, costumes e cosmologias, impedindo diversos grupos sociais de subjetivar de modo autônomo suas tradições (GIL, 2019, p. 160). Carmem Zeli de Vargas Gil ainda conclui:

O tema da memória é potente nas aulas de história e se fizermos dele um campo aberto ao debate e à compreensão das sociedades em diferentes tempos, de forma que possamos desnaturalizar representações hierarquizadas que desintegram os diálogos possíveis. Torna-se, portanto, urgente e necessário que a história ensinada deixe de abordar a tradição oral como algo menos importante em relação à tradição escrita e de acreditar, erroneamente, que tais tradições são como contos de fadas. Valorizar a fala e a escuta: eis mais um desafio para quem é educador em tempos difíceis (GIL, 2019, p. 161).

2.4.PENSAMENTO DECOLONIAL

O pensamento decolonial traz para o ensino de história uma perspectiva fundamental para se pensar uma educação outra. Isso porque a ideia fundante da modernidade é o pensamento colonial, a colonialidade do poder, que estabeleceu parâmetros para hierarquizar sociedades e conhecimentos. O ensino de história

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

acompanhou o estabelecimento desses divisores que colocam o pensamento do Norte global como orientador das relações humanas na modernidade e o pensamento do Sul global como ultrapassado e desconexo do desenvolvimento humano.

Costumes, crenças, comportamentos e tudo o que orienta nossa estrutura social, nos seus aspectos políticos, econômicos e culturais, passam por determinações estabelecidas desde os processos de colonização implementados a partir do século XV. Não se trata de expurgar tudo que se origina a partir daí, pelo contrário, é necessário reconhecer os contributos advindos com a intensificação do contato entre as diversas sociedades do Globo, mas a partir do momento que essa relação traz consigo uma violência simbólica e prática realizada pelos povos europeus aos africanos, latino-americanos e parte da Ásia, é necessário tecer as críticas pertinentes e apresentar uma ótica que valorize a trajetória dos silenciados, o lado da história que não foi contada. Como aponta Boaventura de Souza Santos em “Para Além do Pensamento Abissal”:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: “o deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética (SANTOS, 2007, p. 71).

A ideia de trabalhar com o pensamento decolonial nesse projeto é exatamente a de se desvencilhar de qualquer tipo de pensamento abissal. É preciso, cada vez mais, ouvir as vozes silenciadas e as trajetórias invisibilizadas pelo pensamento moderno Ocidental, pois dessa forma avançaremos em um ensino de história mais plural, com função social transformadora e para além do pensamento abissal construído pela colonialidade do poder.

Mas qual a inserção possível para o pensamento decolonial no atual contexto latino-americano? Catherine Walsh sugere o uso das “brechas decoloniais” como forma de utilização da pedagogia decolonial (2016). A ideia que a autora traz das “brechas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

decoloniais” é exatamente a da inserção dos conceitos e práticas propostas pela pedagogia decolonial em estruturas eurocêntricas de poder e de ensino. A autora aponta ainda que “as brechas, é claro, são a consequência, em grande medida, da resistência e insurgência dos movimentos sociais” (WALSH, 2016, p. 69). E de onde surgem as expressões decoloniais? Partem exatamente de baixo, das margens, das fronteiras, das pessoas comuns, do desafio ao poder e as estruturas vigentes, questionando as matrizes do poder colonial em todas as suas expressões (WALSH, 2016, p. 72).

A perspectiva decolonial nos traz um enfoque histórico, deslocando o eixo eurocêntrico, tradicional e moderno/colonial da história para trajetórias do Sul global, sob a ótica e o protagonismo de personagens históricos negligenciados pelos livros didáticos e currículos de história. Somente a partir desse caminho se desconstrói a educação tradicional eurocêntrica para reconstruir uma educação plural, que valorize as raízes culturais dos povos que constituíram nossa cultura e que dê voz aos invisibilizados da nossa história, como negros, mulheres, quilombolas e indígenas. Não se trata de negar a história moderna/colonial, mas é preciso buscar novos rumos e caminhos através de uma narrativa decolonial.

2.5 PERIFERIAS URBANAS

Finalizamos os nossos referenciais teóricos com esse último conceito que é também fundamental para a construção desse projeto. As periferias urbanas surgem na nossa análise como uma ideia que dialoga com o pensamento decolonial, ferramenta para elucidar a realidade político-social e cultural do Sul global. Afinal, quando falamos em ouvir as vozes que por séculos foram silenciadas na nossa história, podemos constatar que elas se encontram nas chamadas periferias, tanto no entendimento macro, do Sul global como região periférica (que já tratamos no tópico sobre pensamento decolonial), tanto no entendimento micro, relacionado ao espaço urbano dentro de cada cidade (que vamos tratar a partir de agora). Desde o início do século XX, pelo menos, boa parte desses atores sociais foram vítimas de um processo de marginalização que os colocou em regiões periféricas nas cidades.

Uma das discussões gira em torno da questão da marginalidade e periferia, em que os estudos buscam compreender o fenômeno de modernos centros industriais da América

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Latina que possuem ao mesmo tempo uma acentuada ocupação populacional em áreas de extrema pobreza. Análises que definem como áreas subdesenvolvidas as cidades dos países latino americanos que convivem com essa realidade, afirmam também ser esse um fator estruturante das sociedades periféricas, os “inchaços” nos centros urbanos. O que seria responsável por agravar ainda mais essa questão é exatamente a relação centro-periferia entre os países do Norte global e os países do Sul global, onde o capitalismo e as disparidades econômicas acentuam a pobreza nos países tidos como “subdesenvolvidos”.

A periferia é utilizada para descrever a segregação socioespacial e as desigualdades presentes nas cidades. Mas é nesse espaço que se constroem também relações de cooperação e reciprocidade, além de mobilização para superação dessas desigualdades sociais. Os setores populares são portadores de relações sociais diferentes das hegemônicas, que necessitam ser compreendidas com estudos que extrapolem os números e as estruturas, que olhem através do seu desenvolvimento e visibilidade. Para isso, é necessário elucidar algumas questões antes de olhar para as iniciativas que se constroem nas periferias.

Essas iniciativas atravessam o campo cultural, político, social e até mesmo econômico, são iniciativas que perpassam desde movimentos sociais até intervenções culturais. Os movimentos sociais surgem da organização daqueles que saem da inércia e buscam reivindicar direitos e/ou um lugar de atuação que foi historicamente negado. Esses atores políticos e sociais, localizados dentro das periferias, enxergam na mobilização uma potente forma de participação política. É o controle desses territórios periféricos, através dessas iniciativas, que permitem os setores populares urbanos resistir, mantendo vivos os sonhos diante dos poderes que buscam seu desaparecimento, sua desarticulação, tentando neutralizar suas iniciativas. Como exemplos de algumas dessas mobilizações no Brasil, temos ONG's, associações de moradores e coletivos de diversas bandeiras que mobilizam a população dessas regiões em torno de objetivos comuns.

Nesse sentido, esses personagens são atores sociais fundamentais para o projeto Podcast Memórias Decoloniais, pois as trajetórias decoloniais e periféricas encontram-se principalmente nos subúrbios, periferias e favelas. É daí que emergem as histórias que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trabalharemos nas entrevistas do nosso projeto e que precisam ter difusão e destaque cada vez maior nas mídias sociais, nos audiovisuais, nos livros didáticos, currículos e nos espaços de construção do ensino básico e do ensino de história de maneira geral.

3. CONCLUSÃO

Este projeto tem como eixo orientador a memória e o pensamento decolonial no ensino de história. O objetivo central é a elaboração de um podcast com uma série de episódios sobre trajetórias de vida de personagens pertencentes a grupos sociais historicamente marginalizados e invisibilizados. Essas histórias serão contadas através de entrevistas realizadas com esses indivíduos e serão feitas também entrevistas com coordenadores e idealizadores de projetos/iniciativas que valorizem trajetórias de vidas pertencentes a esses mesmos grupos sociais (negros, mulheres, homossexuais, indígenas, quilombolas, etc.). O produto final será disponibilizado em plataformas digitais de podcasts com o intuito de divulgar o material ao público geral e também de formar um acervo para ser utilizado no ensino básico por professores e alunos, valorizando tanto a história oral, como a memória e o pensamento decolonial, além de trajetórias periféricas na história escolar.

O primeiro passo, portanto, é a elaboração do projeto. Existem determinadas perguntas que precisam ser feitas inicialmente. De quem? Como? Por quê? Nosso projeto abordará a trajetória de vida de pessoas pertencentes a grupos sociais historicamente invisibilizados, ou seja, negros, mulheres, quilombolas, homossexuais e indígenas. Consideramos haver outros grupos que são marginalizados ao longo da história e nos dias de hoje, mas é necessário um recorte inicial. Convidaremos pessoas que desenvolvem projetos e/ou atuam politicamente em diversas áreas da vida em sociedade, profissionais ou não, pois acreditamos que é necessário dar ainda mais visibilidade a essas narrativas, principalmente sob uma perspectiva decolonial. Para dialogar com essas entrevistas, realizaremos também episódios com coordenadores de iniciativas que já trabalham com trajetórias de vida de indivíduos pertencentes a esses grupos sociais mencionados, pois sabemos que nesse sentido esse trabalho não é inédito, felizmente temos muitas iniciativas exitosas no campo da memória e do pensamento decolonial.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Trabalharemos através da elaboração de entrevistas com esses personagens para coletar memórias que tratem de falar sobre suas trajetórias de vida e a relação com as escolhas e experiências feitas por eles dentro da sociedade que vivemos. Cada episódio será composto por uma entrevista com duração entre quarenta minutos e uma hora. Nos episódios sobre projetos e iniciativas sobre memórias e pensamento decolonial, vamos destinar o mesmo tempo, que poderá ser utilizado para falar de um ou mais projetos.

Essa iniciativa ocorre pela crença de que é necessária a difusão, cada vez maior, de histórias de vidas que por séculos foram silenciadas na “história oficial”, nos livros didáticos e nos currículos de história. Dessa forma, disponibilizando esse material ao público geral, e estimulando seu uso no ensino básico, acreditamos contribuir para a construção de um ensino plural, com diversidade de trajetórias e óticas acerca de vida e da sociedade.

Por fim, buscamos também que esse projeto possa, de alguma maneira, despertar o desejo em professores do ensino básico em um trabalho mais profundo com seus alunos a partir da história oral, das memórias de indivíduos invisibilizados, das periferias urbanas e do pensamento decolonial. Esses alicerces desse projeto são também bases para a construção de uma “história outra”, que valorize mais as tradições orais, as memórias locais, os povos nativos do nosso continente, os povos nativos africanos e as trajetórias periféricas sob uma ótica de protagonismo para esses indivíduos que por tanto tempo foram excluídos da história. Queremos assim contribuir, em qualquer medida, com um ensino mais plural e com uma história com verdadeira função social transformadora.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Everardo Paiva de & ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **Em Busca de Tempos da Experiência: história de vida, profissão e narrativas de professores na pesquisa educacional**. In: ANDRADE, Everardo Paiva de & ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (org.). *História Oral e Educação: experiência, tempo e narrativa*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

ARAUJO, C.M. **Por outras histórias possíveis: construindo uma alternativa à tradição moderna**. IN: Monteiro, Ana Maria F.C. et alii. *Pesquisa em Ensino de História. Entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X Editora, 2014. (227-241).

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Reflexões sobre o ensino de História**. *Estudos Avançados* 32 (93), 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). Usos & abusos da história oral. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 229-238.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. História. Brasília, DF, MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei 11.645 de 2008**. Altera o artigo 26 da Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

CANDAU, Joel. **Memória Identidade**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”?** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Dicionário Michaelis Online. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/hist%C3%B3ria/>. Acesso em: 05/01/2020.

DODEBEI, Vera. **Memoração e Patrimonialização em Três Tempos: mito, razão e interação digital**. In: TARDY, Cécile & DODEBEI, Vera. Memória e Novos Patrimônios. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 55-70.

FONSECA, Vivian. **O Ensino de História, a Diversidade Cultural e o Antirracismo: reflexões a partir da história oral e da história da capoeira**. In: ANDRADE, Everardo Paiva de & ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (org.). História Oral e Educação: experiência, tempo e narrativa. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOMES, Angela de Castro Gomes. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. **A morte e a morte da biografia**. Rio de Janeiro: Tempo e Crise, 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Memória**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & MEIHY, Fabíola Holanda. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais projetos Locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria F.C.; PENNA, Fernando A. **Ensino de história: saberes em lugar de fronteira**. *Educação e Realidade*, v. 36, p. 191-211, 2011.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **O que é uma educação Decolonial?** In: https://www.academia.edu/23089659/O_QUE_%C3%89_UMA_EDUCA%C3%87%C3%83O_DECOLONIAL. Acesso em 16/10/2020.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaína. & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). Usos & abusos da história oral. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 129-138.

SANTHIAGO, Ricardo & MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História Oral na Sala de Aula**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. *Novos Estudos*, 79, 2007. pp. 71-94.

TANAKA, Giselle Megumi Martino. **Periferia: conceito, práticas e discursos; práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo**. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Habitat) – FAUUSP. São Paulo, 2006.

VALLADARES, Licia. **A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais**. RBCS, Vol. 15 a 44, outubro, 2000.

WALSH, C., OLIVEIRA, L. F., & CANDAU, V. M. (2018). **Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra**. *Arquivos Analíticos de Políticas educativas*, 26(83).

WALSH, Catherine. *Interculturalidad Crítica y Pedagogía De-Colonial: Apuestas (des)de el In-surgir, Re-existir y Re-vivir*. 2018.

_____. **Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais**. In: www.hemisphericinstitute.org. Acesso em 10/11/2020.

ZAVALA, Ana. *Pensar ‘teóricamente’ la práctica de la enseñanza de la historia*. *Revista História Hoje*, v. 4, nº 8, p. 174-196, 2015.

ZIBECHI, Raúl. **Territorios em Resistencia: cartografía política de las periferias urbanas latino-americanas**. Buenos Aires: Lavaca, 2007.